



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - DELEMIG/DREX/SR/PF/AM

Parecer nº 9491352/2019-DELEMIG/DREX/SR/PF/AM

Processo nº: 08240.000168/2019-12

Interessado: MARIE WILDA ADRIEN BLANC

1. Trata-se de Auto de Infração lavrado no dia 19 de Dezembro de 2018, em desfavor de MARIE WILDA ADRIEN BLANC, nacional do Haiti, portador de CÉDULA DE IDENTIDADE DE RESIDENTE nº V871545E, ingressante em território nacional no dia 8 de Novembro de 2012, sob a classificação de TEMPORÁRIA, com permanência até o dia 8 de Novembro de 2017, tendo, todavia, infringido o disposto no art. 109, II, da Lei nº 13.445/2017, por ultrapassar em 406 dias o prazo de estada legal no país, como se verifica abaixo, sendo-lhe aplicada multa no valor de R\$ 10.000,00 reais.

Art. 109. Constitui infração, sujeitando o infrator às seguintes sanções:

II - permanecer em território nacional depois de esgotado o prazo legal da documentação migratória:

2. Em sua defesa protocolada, tempestivamente, nesta Superintendência no dia 21 de Dezembro de 2018, a autuada esclarece que não dispõe de recursos suficientes para o pagamento da multa, declarando Hipossuficiência, pedindo, nesse sentido, pela isenção da dívida, uma vez que esse valor foge do seu alcance orçamentário, pois encontra-se desempregada, com cinco filhos sendo sustentados por ela.

3. Em que pese não ter havido defesa dos motivos que o levaram a ultrapassar o prazo, mas se observando que o estrangeiro se encontra em situação de hipossuficiência econômica, resolve-se aplicar o disposto no Art. 312, §8º, do Decreto 9.199/2017, como se observa abaixo, em que se dispensa o pagamento da multa pelas causas acima já expostas. Dessa forma, esta DELEMIG é favorável ao arquivamento do processo.

Art. 312. Taxas e emolumentos consulares não serão cobrados pela concessão de vistos ou para a obtenção de documentos para regularização migratória aos integrantes de grupos vulneráveis e aos indivíduos em condição de hipossuficiência econômica.

§ 8º O disposto no caput também se aplica às multas previstas no Capítulo XV.

Rafael Vargas Alves
Estagiário

4. Decisão:

a) Ciente e de acordo com o Parecer acima;

b) Arquive-se este processo, publicando-se esta decisão no site da PF, conforme art. 309, § 7º, do Decreto nº 9.199/2017.

RAFAEL DALL'AGNOL
Delegado de Polícia Federal
Chefe da DELEMIG/AM em exercício.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL DALL AGNOL, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 09/01/2019, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9491352** e o código CRC **7923F4C3**.

Referência: Processo nº 08240.000168/2019-12

SEI nº 9491352